

9

Novas práticas na abordagem de gênero e violência intrafamiliar *New practices in approaching gender and intrafamily violence*

SUSANA MUSZKAT

Psicanalista; membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise;
mestre em Psicologia, pela Universidade de São Paulo – USP.
E-mail para correspondência: smuszkat@terra.com.br

RESUMO

Este artigo descreve o trabalho realizado numa ONG paulista com grupos de reflexão masculinos, voltado para homens de baixa renda vivendo em situação de violência familiar. A autora critica as formas maniqueístas tradicionalmente adotadas pelas políticas públicas no enfrentamento destas questões, propondo novas reflexões e compreensão para intervenção nestes fenômenos.

Palavras-chave: violência intrafamiliar; masculinidade; violência de gênero; políticas públicas; mediação familiar.

ABSTRACT

The paper reports the work developed by an NGO of São Paulo where male discussion groups were offered to low class men living in violent family situation. The author criticizes the traditional dualist approach adopted by public policies and proposes new modes of comprehension and intervention to deal with violent issues.

Keywords: intrafamily violence; masculinity; gender violence; public policies; family mediation.

1. REDEFININDO CONCEITOS²

Na violência doméstica, não há vencedores, a destruição paulatina do sentimento de amparo, amor e autoestima, atribuições normalmente providas dentro de uma família “funcional”³, fundamentais para a estruturação do sujeito, é geral e atinge todos os membros, incluindo-se aí o “agressor”.

Dada uma situação de violência, a tendência natural é a de se isolar o sujeito identificado como “agressor” a fim de poupar maior sofrimento àqueles identificados como “vítimas”. Há uma naturalidade em se pensar de forma maniqueísta, atribuindo juízo de valores antagônicos e exclusivos a cada uma das partes. Confere-se, via de regra, valor negativo ao homem e valor positivo à mulher e aos filhos, privilegiando, quase que exclusivamente, aos últimos o acesso aos cuidados pelas políticas públicas.

Não se pretende aqui, de forma alguma, negar, seja a pertinência, seja a necessidade de serviços de atendimento às mulheres, nem tampouco adotar uma postura ingênua quanto a dados que são bem conhecidos no que diz respeito a esse fenômeno. Não se deve subestimar a relevância de se trabalhar no sentido da proteção de mulheres e crianças, que continuam, em termos quantitativos, a representar o maior contingente no que diz respeito à violência sofrida. O que, sim, se verifica é que, se por um lado, inúmeras pesquisas e programas de proteção à mulher evidenciam a urgência que estas questões demandam, por outro, o número expressivo de casos de violência doméstica contra mulheres dão conta da insuficiência ou, por que não, da ineficácia dos programas atuais idealizados pelas políticas sociais.

Dados observados ao longo de vários anos de experiência por profissionais e pesquisadores em contextos voltados à violência familiar/doméstica (GREGORI, 1993; SAFIOTTI, 2001; MUSZKAT & OLIVEIRA, 2004; MUSZKAT, 2003) revelam-se extremamente significativos, reiterando a necessidade de se questionar o enfoque maniqueísta das políticas públicas voltadas a tratar desta questão. O primeiro deles refere-se à altíssima incidência de abandono das queixas e dos processos jurídicos de separação pelas mulheres abusadas (que, em tese, se beneficiariam de uma separação e do afastamento da situação de risco), e até mesmo, para surpresa dos operadores da lei encarregados em “salvá-las”, de seu retorno à coabitação com o cônjuge agressor. Vários são os motivos alegados por estas mulheres: insegurança em modificar a estrutura de vida e abandonar o parceiro; presença de filhos em comum; falta de condições financeiras; e, ainda, muito frequentemente, motivos afetivos, nem sempre compreensíveis sob a ótica da lógica racional.

Deve-se, ainda, ressaltar que comportamentos que envolvem determinadas práticas – tais como: agressão física, ofensas verbais, desqualificação sistemática

da/o companheira/o, negligência afetiva em relação a/o companheira/o e/ou aos filhos, negligência financeira em relação aos filhos e/ou companheira, proibição de que esta exerça algum trabalho fora do âmbito doméstico, interdição da vida social, acusações que põem em dúvida o caráter moral da mulher, violência praticada por homens sob efeito de substâncias tóxicas (principalmente álcool), infidelidade conjugal, atos violentos desencadeados por ciúme e tantos outros – não são identificados nem como práticas violentas nem como atos que visam à manutenção do lugar de poder, mas, sim, como práticas naturais, ligadas a um ou outro sexo. A **naturalização** de certos atos tem como consequência não só autorizar ou justificar práticas violentas e abusivas quanto impedir que estas práticas sejam reconhecidas enquanto tais.

As práticas violentas de homens contra suas companheiras não se esgotam na violência física, e estão inseridas dentro de um código perpetuado na cultura, que as associa a valores quanto à concepção de masculinidade.

Outro fator, fornecido pela psicanálise de casal e família, e corroborado na prática clínica da autora deste artigo, indica como determinadas dinâmicas de relacionamento se repetem ainda que os parceiros sejam distintos. Ou seja, o padrão de relacionamento deve ser compreendido como uma forma de comunicação; a escolha de parceiros não é aleatória, e sim calcada em estruturas inconscientes primitivas, bem como em modelos identificatórios com as famílias de origem de cada um dos sujeitos. Sem que se entenda qual é a comunicação que está sendo feita e qual a necessidade de se estabelecerem determinadas pautas de relacionamento, troca-se o parceiro, mas perpetua-se o padrão quando de uma nova dupla.

Considerando-se que o homem, enquanto membro de uma família, é parte ativa e operante dentro de um sistema vivo de interações afetivas, ao simplesmente retirá-lo, impede-se que a família possa refletir sobre seu funcionamento de maneira global, e priva-se seus membros da possibilidade de aquisição de recursos pessoais, capazes de prover o desenvolvimento de relações mais gratificantes.

Nesse sentido, é fundamental uma análise desconstrutivista dos estereótipos masculinos, que permita averiguar questões tais como: se à mulher é atribuído o papel de vítima, que lugar fica reservado ao homem? Que opções lhe restam quando não lhe é dada a possibilidade de inclusão, de amparo e de escuta? Acredita-se que o homem, quando visto exclusivamente como agressor, sofre um processo de exclusão dentro da própria família e da sociedade, não lhe sendo facultada qualquer possibilidade de reparação, ou de inclusão num sistema ideológico alternativo.

A estruturação das relações entre homens e mulheres, abordada do ponto de vista dos estudos das relações de gênero, refere-se a uma concepção do masculino e feminino construída na cultura.

Os papéis de gênero são socialmente construídos a partir de um conjunto de normas e prescrições que a sociedade e a cultura ditam sobre o comportamento masculino ou feminino, enquanto que as relações de gênero são vistas como práticas cotidianas do masculino ou feminino, ou seja, são relações de poder (SARTORI, 2001).

O modelo de masculinidade hegemônica-homofóbica não se restringe ao imaginário da população masculina, atingindo também a população feminina. Marcadamente idealizado, torna-se, por esta característica, impossível de ser atingido, exercendo, contudo, poder controlador sobre homens e mulheres. Se de um lado transmite uma herança de poder ao sexo masculino, de outro exige um desempenho – homem é forte, não se emociona, sabe resolver problemas, é competente, potente – que, quando não satisfeito, gera sentimentos de angústia, depressão e impotência.

Ainda que seja motivo de queixa da população feminina, em função da desigualdade inerente ao modelo, as relações de poder se mantêm a partir de crenças compartilhadas tanto no imaginário masculino quanto no feminino.

A biologia tende a definir masculino e feminino a partir da constituição biológica dos seres, sendo o aparelho reprodutivo o que demarca o que é próprio a cada sexo. No entanto, a constituição sexual de cada indivíduo está longe de esgotar a questão da identidade de gênero. Não se pode pensar identidade sem que se considerem, para além do biológico, os aspectos psicossociais em que cada sujeito está inserido.

Neste sentido, vê-se desde logo que não se pode tratar a questão da masculinidade dissociada da feminilidade, pois é a partir dos primeiros contatos com as figuras tanto materna – principal responsável pela criação dos filhos e, portanto, da inclusão do filho homem no universo masculino – quanto paterna que se construirão progressivamente as noções relativas a cada gênero.

Connell (1995), referência importante nos estudos sobre masculinidade, relatou um estudo feito com alguns jovens rapazes de baixa escolaridade. Ela descreveu como, no processo de aquisição da identidade masculina, a atividade sexual relaciona-se menos a manifestações de afeto, e mais com a reafirmação narcísica que lhe confira o *status* de masculinidade. A cientista social australiana acrescentou que alguns grupos de rapazes adolescentes têm, através do ato violento, um sentimento de poder que é associado à masculinidade. Segundo depoimento de um dos garotos de sua amostra de sujeitos, ganhar uma briga com outro garoto ou ser visto como alguém que intimida seus pares (experiência normalmente compartilhada no âmbito grupal) é algo que lhes confere muito prestígio.

A homofobia nega, com frequência, o aspecto emocional do homem. A famosa expressão (já um tanto fora de moda como expressão, mas ainda em voga enquanto prática) “homem não chora” ilustra de maneira simbólica a cisão emocional a que é submetido o homem em sua trajetória à masculinidade adulta. Há uma pressão cultural para que este reprima seus sentimentos uma vez que sua manifestação está associada ao feminino.

Lembrando, uma vez mais, que se trata de uma idealização compartilhada por ambos os sexos, seria um engano desprezar o peso que tem o funcionamento feminino, na construção deste ideal masculino. Excluindo a mulher do cenário das relações interpessoais, como copartícipe, continua-se incorrendo no mesmo tipo de mentalidade falaciosa e maniqueísta que desresponsabiliza os sujeitos de suas ações.

Não há nisto qualquer tentativa de justificar comportamentos violentos praticados por alguns homens, como tampouco de sobrecarregar as mulheres como responsáveis por relações de violência na qual estejam envolvidas. Há, isto sim, a constatação de uma situação muito mais complexa e dinâmica em que todos se encontram, tanto homens como mulheres.

2. CONJUGALIDADE E CONFLITO

Trabalha-se com a hipótese de que estruturas rígidas determinantes de papéis sexuais, nas relações entre homens e mulheres, impedem de maneira significativa que estes usufruam, em suas relações conjugais, de algo de que com frequência sentem-se privados: o companheirismo. Desta forma, o aprisionamento mental e de conduta a modelos pouco flexíveis revela uma visão de mundo, em que poder colocar-se no lugar do outro, ou ainda, considerar que os acontecimentos podem ter outro ponto de vista além daquele que se tem, torna-se algo quase impossível. Esta incomunicabilidade de ideias e sentimentos não só é geradora de conflitos, como também impede que se apresentem alternativas mais dinâmicas e criativas para administrá-los.

A violência pode ser compreendida como uma maneira desadaptada na tentativa de eliminar um conflito. Embora muitas vezes eficiente do ponto de vista de dar cabo a um incômodo momentâneo, denota uma pobreza de recursos internos e se prova ineficiente quanto a seus resultados de médio e longo prazo, deteriorando as relações de confiança, estabilidade e segurança, bem como os laços de afeto dentro da família.

Se for entendido que o modelo de relações familiares se perpetua para as próximas gerações, pode-se ter uma ideia do grau de prejuízo a que estarão submetidos os membros desta família e seus descendentes.

3. EXCLUSÃO SOCIAL COMO VIOLÊNCIA

A violência se manifesta em diversas esferas, sendo a exclusão social a expressão de uma variante desta.

No trabalho que se realizou durante 15 anos na ONG Pró-Mulher, Família e Cidadania (PMFC), atuava-se junto a uma população advinda dos extratos mais pobres do Município de São Paulo. A precariedade dos recursos de que dispunham impunha-lhes o convívio constante com a frustração e a privação.

O homem desta camada da população não tem poder dentro do sistema social mais amplo, não tem acesso à instrução de qualidade que o inclua no mercado de trabalho, e, assim, se sente excluído e incompetente no domínio do espaço público. Para ele, é impossível preencher as demandas que o “capacitem” como homem segundo os padrões de masculinidade pregados pela cultura hegemônica. Ele exerce como única forma de poder aquela que lhe é conferida dentro de casa, junto à mulher e aos filhos, não por ser admirado e competente, mas através da força física, o que lhe “garante enquanto dure[m]”, de forma inconsistente, sentimentos de potência (MUSZKAT & MUSZKAT, 2003).

Verificaram-se, na segmentação das políticas públicas, ações fortemente voltadas aos setores que se mostram explicitamente mais frágeis ou vitimados. São inúmeros os projetos direcionados à proteção da mulher, de crianças e adolescentes, com forte destinação de verbas para programas deste cunho, sendo praticamente inexistentes no País programas sociais dirigidos aos homens.

Tem-se aqui a convicção de que, caso se queira atuar de maneira a alterar padrões de conduta nas relações de gênero, isso deve se dar em todos os vértices onde ocorrem as relações, numa discussão de âmbito mais amplo do que o do enfoque exclusivamente voltado para as questões da mulher. Isto inclui analisar a questão de maneira equitativa, com oportunidades equivalentes de escuta e atendimento a todos os membros de uma constelação familiar que estejam dispostos ou desejosos do mesmo.

Ao se tomar unicamente uma das partes como vítima, corre-se o risco de elegê-la a um lugar de destaque, invertendo uma situação onde “opressor” se torna vitimado, em função da exclusão a que é submetido, enquanto que a vítima pode se tornar “poderosa”, mantendo, assim, de maneira invertida, a desigualdade entre as partes.

A precária situação de poder exercida e mantida através da violência – seja ela física, seja moral ou emocional – deteriora os relacionamentos e inviabiliza tanto a instalação da parceria no casal como a manutenção do núcleo familiar com

suas funções de proteção e socialização de seus membros. Predominam, assim, o medo, a insegurança e o isolamento afetivo.

Em vista disto, passa-se a considerar a questão da violência na família, não mais sob a denominação de violência doméstica, que tem como pressuposto a dicotomia vítima/agressor, mas sim como um fenômeno de proporções muito mais extensas, onde as repercussões vão além do dano perpetrado contra a vítima identificada.

Aqui estas famílias são denominadas como **famílias em situação de violência** e o tipo de violência, como de **violência intrafamiliar**. Considera-se que o prejuízo na área sociopsicológica não se restringe à vítima direta, atingindo todo o grupo familiar, vítima ou testemunha da violência, o que cria um problema social de graves proporções, capaz de promover e manter a exclusão social.

Por fim, com base em nas experiências adquiridas, adotou-se uma metodologia de trabalho, já largamente usada em outros países: a mediação familiar.

Calcada nos princípios da negociação em condições de equidade e no protagonismo dos indivíduos, ela impõe a prática do diálogo na tentativa de facilitar a resolução dos conflitos entre as partes, inaugurando uma modalidade inédita de atendimento. Inédita porque, reconhecendo a importância da participação direta das partes em conflito (na presença de um terceiro imparcial), restitui-lhes o protagonismo – aqui, homens e mulheres –, permitindo-lhes operar no cenário do conflito baseados na autoafirmação, na autodeterminação e na responsabilidade pessoal. Na prática, isso significou que o serviço passou a ser oferecido tanto para mulheres quanto para os homens que procuravam a instituição (PMFC).

4. ADAPTANDO A METODOLOGIA

As famílias que procuravam o atendimento tinham como característica comum o fato de estarem vivendo situação de graves conflitos ou de violência.

A mediação tem como objetivo primeiro garantir uma situação de equidade entre as partes mediadas. Isso quer dizer que, se, numa dada família, um de seus membros se encontra em situação de submissão ou opressão em relação a outro, ele não estará em condições de igualdade do ponto de vista moral e/ou psicológico, não sendo, portanto, atendido este princípio.

Uma das tarefas de grande importância do mediador na sua função de coordenador de grupos é auxiliar os participantes a pensarem na possibilidade de narrativas alternativas, que os permita verem seus problemas sob novos ângulos. Ou seja, trabalhar com a desconstrução de posturas rígidas e o questionamento de

formulações maniqueístas, a fim de ampliar o seu espaço reflexivo. Tem ainda o objetivo de estimulá-los a exercer uma maior autonomia e desenvolver a noção de responsabilidade sobre suas ações, oferecendo-lhes recursos para que se exerçam enquanto cidadãos, conscientes de seus direitos e responsabilidades.

5. FALANDO DA VIDA... E DA VIOLÊNCIA...

No decorrer das conversas com os participantes, podia-se perceber que estes homens raramente possuíam amigos: tinham colegas do jogo de futebol, colegas de trabalho, parentes, colegas do bar. Não havia espaço para conversas íntimas, onde as agruras da vida pessoal e emocional pudessem ser desveladas. Falava-se de dificuldades, mas daquelas genéricas, dificilmente as de cunho pessoal.

Num destes grupos em que se discutia sobre traição e separação, um dos participantes, de maneira muito comovente, contava como, após apenas alguns meses de separação, sua ex-mulher já havia encontrado um novo companheiro: “Eu fui lá na casa deles e queria matar o cara, eu tava com ciúmes. Aí pensei, se eu mato ele ainda vou pra cadeia e minha filha fica sem pai mais ainda, porque agora eu já vejo ela tão pouco, porque ela mora com a mãe. Eu desisti, mas tem cabra que faz isso mesmo”. Continuando o relato de como tinha que lidar com suas dores pela perda da mulher e da filha, contou: “Os caras lá do trabalho são fogo! Ficavam me chamando de corno, dizendo que ela já tinha outro, ficam mangando da gente...”.

A esse relato seguiu-se uma discussão sobre o tema da solidão, da impossibilidade de repartir ou ser acolhido em seu sofrimento pelos colegas. A dor e o sofrimento masculinos são motivos de chacota. A fragilidade desperta a ridicularização.

A evidência de seu sofrimento amoroso promoveu nos colegas projeções carregadas pelo temor da fragilidade e impotência, o que os levou a adotar uma atitude de arrogância, descaso e violência para com aquele que sofria. A negação do sofrimento, aqui, é condição necessária para a manutenção do sentimento de masculinidade. Se não houver outra saída, sempre lhes restará o recurso conhecido e autorizado no mundo masculino: o descontrole e a violência como forma de restabelecer o controle sobre uma situação emocional intensa.

A possibilidade de terem sua dor reconhecida e legitimada na experiência de grupo, a experiência de solidariedade entre homens bem como a abertura de um espaço de liberdade para reflexão sobre temas normalmente vetados aos homens, mostrou-se uma experiência inédita e geradora de mudanças significativas de postura.

O homem que, por circunstâncias adversas, se vê financeiramente dependente do orçamento da companheira, ao contrário de sentir-se amparado, sente-se desvalorizado, pois, não podendo preencher o papel de provedor, não encontra outras possibilidades de atuação na família, seja como pai, seja como companheiro.

Constata-se que a rigidez dos papéis onde homens são meramente provedores e as mulheres são as responsáveis exclusivas pela vida doméstica – onde se inclui a criação dos filhos – cria um abismo na comunicação e nos afetos, produzindo ressentimentos para ambos os lados, bem como uma sobrecarga de tarefas, muitas vezes impossíveis de ser preenchidas, resultando em ódio, frustração e sentimentos de baixa autoestima para todos.

Em suma, o grupo funcionava como um espaço facilitador, promovendo a discussão de temas variados, estimulando a reflexão, relaxando defesas, propiciando a oportunidade a cada um dos participantes de vivenciar experiências diversas e influenciando o curso de suas vidas e de seus relacionamentos.

6. CONCLUSÃO

Se os indivíduos agem como agem, por falta de alternativas, por acreditarem precisar garantir sua condição de masculinidade através de práticas autoritárias, é necessário que lhes sejam oferecidas alternativas, um novo modelo onde o homem não mais dependa da força e do autoritarismo para a manutenção de sua autoestima. Que o seu poder seja resultado não da obediência, que lhe impõe uma situação de isolamento afetivo em relação à sua companheira e à sua família, mas sim da possibilidade de fazer alianças construtivas, parcerias para o desenvolvimento e acolhimento dos membros de uma família (MUSZKAT, 2001).

O sofrimento é parte da condição humana. A atribuição de significados positivos e negativos, restritos a um ou outro sexo, cria um mundo de representações em que a diversidade produz ora menosprezo, ora superidealização de um sexo em relação ao outro. Para intervir nos conflitos constituídos a partir das relações de gênero, é preciso encontrar formas de socialização tanto do poder como do sofrimento.

REFERÊNCIAS

CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. Berkley and Los Angeles, California: University of California Press, 1995.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ Anpocs, 1993.

MUSZKAT, Malvina Ester & MUSZKAT, Suzana. Permanência na diversidade: um estudo sobre a conjugalidade nas classes de baixa renda. In: GOMES, Purificación B. (org.). *Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares*. São Paulo: Callis, 2003.

MUSZKAT, Suzana. *Uma nova versão do homem com “H”*. Ide: *Psicanálise e Cultura*, revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, n. 34, São Paulo, 2001.

_____. Novas práticas na abordagem de gênero e violência intrafamiliar. In: MUSZKAT, Malvina Ester (org.). *Mediação de conflitos: pacificando e prevenindo a violência*. São Paulo: Summus, 2003.

OLIVEIRA, Maria C.; MUSZKAT, Malvina Ester; UNBEHAUM, Sandra; MUSZKAT, Suzana; BRITO, Rosemeire dos S. & NEVES, Samantha F. S. *Avaliação de um método de intervenção no enfrentamento da violência intrafamiliar*. Pesquisa realizada pela Unicamp (Núcleo de Estudos Populacionais – Nepo)/Pró-Mulher Família e Cidadania (PMFC), com financiamento da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo) e Prosare (Programa de Sexualidade e Saúde Reprodutiva), 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, Mariza (org.). *Gênero e cidadania*. Campinas: Pagú/ Núcleo de Estudos de Gênero – Unicamp, 2001.

SARTORI, Ari J. Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. In: BRUSCHINI, Cristina & PINTO, Celi Regina J. (org.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: Editora 34, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. *World report on violence and health: summary*. Geneva: WHO, 2002.